



Conselho Regional de Tecnicos em Radiologia de Pernambuco

Relatório de gestão do exercício 2014

Relatório de gestão do exercício 2014

Conselho Regional de Tecnicos em Radiologia de Pernambuco

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Sumário

RELAÇÃO DE SIGLAS DO RELATÓRIO	3
INTRODUÇÃO	4
1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE	5
1.1 Entidade - Informações sobre a entidade	5
1.2 Normas - Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas	5
1.3 Competências - Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada	5
1.4 Organograma - Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas	6
2 - PLANEJAMENTOS E RESULTADOS	6
2.1 Plano estratégico - Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade, realçando os principais objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício de referência do relatório de gestão	6
2.2 Plano estratégico - Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão	7
2.3 Resultados - Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício	7
2.4 Indicadores - Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.	8
3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	8
3.1 Estrutura de governança da entidade	8
3.2 Auditoria	9
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição	9
3.4 Dirigentes e membros de conselhos	10
3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e Conselho	11
4 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	13
4.1 Demonstração da receita	13
4.2.1 Programação de Despesas Correntes e de Capital	16
4.2.2 Execução das despesas por modalidade de Contratação	19
4.2.3 Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital	19
4.2.4 Indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário	30
4.3 Transferências	30
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS	32
5.1.1 Força de trabalho	32
5.1.2 Processo de ingresso de funcionários na entidade no exercício	32
5.1.3 - Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	33

5.1.4 Qualificação da força de trabalho por faixa etária	33
5.1.5 Qualificação da força de trabalho por Nível de Escolaridade	33
5.2 Desoneração da folha de pagamento	33
6 - RECOMENDAÇÕES	33
6.1 Recomendações TCU	33
6.2 Recomendações Internas	34
6.3 Danos Erários	37
7 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	37
7.1 Adoção NCASP	37
7.2 Demonstrações Contábeis	37
7.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	37
8 - RELAÇÕES COM A SOCIEDADE	37
8.1 Relações com a Sociedade	37
9 - OUTRAS INFORMAÇÕES	38
9.1 Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	38
CONCLUSÕES	39
ANEXOS	40

Relação de Siglas do Relatório

LISTA DE ABREVIATURAS /SIGLAS

DESCRIÇÃO:

CRTR 15ª REGIÃO

Conselho Regional de Técnicos de Radiologia da Décima Quinta Região (Estado Pernambuco)

CONTER

Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia

COREFI

Coordenação Regional de Fiscalização

CTC

Comissão de Tomada de Contas

COEPRO

Comissão de Ética Profissional

COEDU

Comissão Permanente de Assuntos Educacionais

ASSEJUR

Comissão de Assuntos Jurídicos

COPEC

Comissão Permanente de Comunicação

Introdução

O CRTR 15ª REGIÃO - Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da décima quinta Região/PE-, criado pela Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, alterada pela Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, alterado pelo Decreto nº 5.21 I, de 22 de setembro de 2004, e regionalizado pela Resolução CONTER nº 003 de 22 de Agosto de 2000, tem como finalidade essencial a fiscalização do exercício profissional, cabendo-lhe zelar pela ética profissional, visando ao aperfeiçoamento da profissão e à valorização dos profissionais no âmbito da competência Estadual.

No desempenho em avançar na direção ao crescente respeito às boas práticas médicas e de imaginologia no Estado, desde a sua criação, tem assumido como uma de suas relevantes incumbências e a tarefa de zelar pela ética, primando pelos princípios administrativos, de maneira a contribuir para o aumento da confiança depositada pelos profissionais da área de saúde em geral e pela sociedade que enfatizam o zelo pela promoção da profissão regular no Estado e em todo o país.

Durante o exercício de 2014, o Conselho de Técnicos em Radiologia da décima quinta Região continuou sua evolução junto e rumo a uma gestão administrativa profissional coordenada e técnica movida pelos os princípios da administração pública, valorização ética profissional e valores ligados aos princípios constitucionais.

Este relatório de gestão uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho de Técnicos em Radiologia da décima quinta Região pelo exercício do ano de 2014, desdobramentos a serem expandidos no horizonte definido pelo seu planejamento estratégico anual aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira, quanto às voltadas ao aperfeiçoamento e a modernização da gestão administrativa do Regional.

1 - Identificação e Atributos da Entidade

1.1 Entidade - Informações sobre a entidade

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Tecnicos em Radiologia de Pernambuco		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CRTR PE 15ª Região	CNPJ	04.027.726/0001-79
NATUREZA JURÍDICA	AUTARQUIA FEDERAL	CONTATO	(81) 3423-1279
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	crrtpe@gmail.com		
PÁGINA INTERNET	www.crrtpe.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua da Aurora		
CIDADE	Recife	UF	PE
BAIRRO	Boa Vista	CEP	50050000
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

1.2 Normas - Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas

- Anexo I - NORMAS REGULADORAS - NORMAS REGULADORAS

1.3 Competências - Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:

O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia de Pernambuco (CRTR 15ª Região) foi instituído pela Resolução CONTER nº 003 de 22 de Agosto de 2000, com atribuição inerentes a Lei criadora da profissão, que seja a efetiva fiscalização do exercício profissional no âmbito do Estado de Pernambuco, com atuação em todo o território Regional (Pernambuco) e sede na capital em Recife.

O CRTR 15ª Região é composto de nove conselheiros efetivos e nove conselheiros suplentes escolhidos por votação dos profissionais da categoria do Estado, e dentre o corpo de conselheiro, a autoridade máxima, que preside a entidade, são a Presidente do Conselho, o Diretor secretário e a Diretora tesoureira, compondo a Diretoria Executiva do Regional.

Entre as competências do CRTR 15ª Região, conforme art.23, do Decreto Lei nº 92790/86, estão:Compete aos Conselhos Regionais:

- I - deliberar sobre a inscrição e cancelamento no quadro do Conselho;

II - manter um registro dos Técnicos em Radiologia, legalmente habilitados, com exercício na respectiva Região;

III - fiscalizar o exercício da profissão de Técnico em Radiologia;

IV - conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem;

V - elaborar a proposta do seu regimento interno, submetendo-a à aprovação do Conselho Nacional;

VI - expedir carteira profissional;

VII - velar pela conservação da honra e da independência do Conselho e pelo livre exercício legal dos direitos dos radiologistas;

VIII - promover, por todos os meios ao seu alcance, o perfeito desempenho técnico e moral da profissão e o prestígio e bom conceito da Radiologia, e dos profissionais que a exerçam;

IX - publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;

X - exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;

XI - representar ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia sobre providências necessárias para a regularidade dos serviços e da fiscalização do exercício da profissão.

O Regimento Interno do Conselho de Técnicos em Radiologia de Pernambuco, instituído por meio da Resolução nº 0013/2001, fixou suas regras de funcionamento e atribuições de controle dos gestores administrativos.

As principais estratégias e ações planejadas e executadas para a consecução dos objetivos estratégicos priorizados em 2014, bem como a síntese das suas realizações constam nos item anexos (Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos) e nos itens dispostos (Execução do Plano de Metas ou de Ações), levando em consideração todos os quadros do presente Relatório.

1.4 Organograma - Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas

- Anexo II - Organograma - Organograma

2 - Planejamentos e Resultados

2.1 Plano estratégico - Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade, realçando os principais objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício de referência do relatório de gestão

Os objetivos estratégicos do CRTR 15ª Região estabelecidos para o período 2013-2014 constam no planejamento estratégico da entidade e estão descritos em seu Mapa Estratégico.

O referido planejamento foi realizado no ano de 2013 a partir da metodologia de acompanhamento do crescimento institucionalizado e contemplou os objetivos relacionados com os macroprocessos de apoio, bem como as atribuições finalísticas, lançando mão dos objetivos estratégicos consolidados, a proposta de estratégia veio corroborar com os valores empregados a entidade e a participação de todos os setores do projeto.

Ressalta-se que as ações do CRTR 15ª Região não estão vinculadas a um "programa temático", mas sim a um "programa de apoio à gestão". Assim, a atuação da entidade é medida pela quantidade de processos analisados e julgados pelo Plenário ou por decisões monocráticas de seus Conselheiros e apuração de denúncias e cumprimento da fiscalização.

As principais estratégias e ações planejadas e executadas para a consecução dos objetivos estratégicos priorizados em 2014 constam no item (Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos), bem como no item (Execução do Plano de Metas e Ações), do presente Relatório.

2.2 Plano estratégico - Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão

Os objetivos estratégicos do CRTR 15ª Região têm características complexas, inerentes aos objetivos de órgãos governantes superiores da administração pública federal, de ser um agregador de metas que têm como alvo tanto a condução de suas Competências e atribuições internas quanto o controle e aprimoramento da atuação do sistema.

A essa complexidade soma-se o fato de que os objetivos estratégicos direcionam a atuação interna e externa do CRTR 15ª Região contemplam as atividades das áreas fim e das áreas meio de sua estrutura.

Diante desse cenário, a entidade lança mão da interpretação de que, para o atingimento de seus objetivos estratégicos, é necessário um esforço sistemático de atuação direcionado individualmente a vários objetos.

Essa estratégia pressupõe, portanto, que o CRTR 15ª Região coordene as frentes de iniciativas de sua base. Isso não significa, entretanto, que para a consecução dessa estratégia seja necessário. Ao contrário, ao avaliar a dimensão da missão que lhe cabe frente aos recursos de que dispõe, o CRTR 15ª Região adotou uma estratégia progressiva, seletiva e de longo prazo para a execução de seu planejamento estratégico entre o período 2013-2014.

2.3 Resultados - Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício

O exercício de 2014 foi um período chave na consecução dessa estratégia, pois permitiu avanços significativos nas áreas processuais e estruturais do Regional.

Para o atingimento dos objetivos estratégicos vinculados às áreas fim do CRTR 15ª Região, não se limitou a executar seus processos finalísticos e deram vazão a vários projetos que estão relacionados e detalhados neste relatório.

Quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos vinculados às unidades de apoio e finalísticas da Instituição, o CRTR 15ª Região buscou trabalhar de forma colaborativa com os órgãos jurisdicionados, respeitando e todo o sistema mantendo a sua autonomia funcional e administrativa, garantida.

Nesse sentido, as principais ações do CRTR 15ª Região no ano de 2014 direcionadas para as áreas meio foram à coordenação de reuniões presenciais, intercaladas por permanente interação à distância, ajudando a melhorar as interações entre o corpo de conselheiros, os profissionais e os trabalhos administrativos.

2.4 Indicadores - Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

- Anexo III - INDICADORES - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS ACOMPANHADOS PELA UJ

3 - Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

3.1 Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do CRTR 15ª Região reflete a sua natureza colegiada de suas decisões. As ações executivas são realizadas pela Presidência, Secretaria, Tesouraria, Comissões, Corregedoria e setores afins, de acordo com as respectivas Competências. O Plenário é a instância máxima do Conselho.

As ações são tomadas consoantes o Planejamento Estratégico do CRTR 15ª Região estabelecido para o período 2013-2014, onde constam consolidados os projetos, processos e indicadores prioritários a serem acompanhados no período projetados pela Diretoria executiva do Regional. O monitoramento desse planejamento é realizado semestralmente no âmbito das Reuniões de Análise da estratégia-RAE mensalmente pelas reuniões de Diretoria.

Devido à multiplicidade de iniciativas que demandam recursos concorrentes (humanos, materiais e orçamentários), no ano de 2014, propôs-se a criação do Comitê de Agenda como instância de coordenação e priorização das iniciativas do órgão, cujas atividades já se iniciaram e tem como representante a assessoria de presidência deste Regional.

Avaliação do funcionamento dos controles internos:

As informações sobre a Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ constam na forma de anexo a este relatório devido à sua extensão e consoante o disposto no item da Parte C do Anexo I da Decisão Normativa TCU nº127, de 15 de maio de 2013.

3.3 Sistema de Correição:

O Sistema de Correição no âmbito do CRTR 15ª Região, no exercício apurado, observou

as prerrogativas e teve os resultados abaixo indicados:

Competência:

A correição consiste na apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores, no exercício de suas atribuições e na aplicação das eventuais penalidades cabíveis.

No âmbito do CRTR 15ª Região, essas atividades são de competência da presidência.

No exercício do poder correcional, a Presidência recebe o auxílio do Setor de Processos, que realiza as atividades de instrução, destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão pelo Presidente. Nesse contexto, a Secretaria Geral realiza a designação de Comissão Sindicante ou Processante, conforme o caso, e conduz o desenvolvimento dos trabalhos de apuração dos fatos.

Unidades Responsáveis:

As unidades responsáveis pelas atividades relacionadas à correição, no âmbito do CRTR 15ª Região, são, conforme indicado, a Secretaria (instrução/apuração dos fatos) e a Presidência (instância decisória).

Base Normativa:

O desenvolvimento das atividades de correição, no CRTR 15ª Região, tem base normativa em seu Regimento Interno e legislações administrativas correlatas aos procedimentos administrativos e de apuração de faltas.

Resultados:

No ano de 2014 foram dados andamento em cinco sindicâncias investigativas no âmbito do CRTR 15ª Região, para apurar a regularidade da conduta do fiscal Silvio Rogério Barbosa Veríssimo, fiscal Andreza Isabela, conclusão de empréstimo não sanado em 2010 e 2011 pela gestão anterior, falta de decoro dos conselheiros do CRTR PE, no total de cinco, dos quais dois procedimentos encontram-se, atualmente, em fase de instrução, e dois foram arquivados e um foi enviado ao CONTER para tomada de providências.

3.2 Auditoria

O controle interno do Regional é feito pelo nosso órgão nacional, o CONTER, anualmente, onde uma equipe de contadores do sistema CRTR vem até a unidade PE e faz a auditoria nos processos econômicos, tributos e impostos recolhidos, patrimônio.

3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição

Atualmente, não há servidores acumulando indevidamente Cargos, Funções ou Empregos Públicos no CRTR. O Conselho em Radiologia faz esse tipo de controle no ato da admissão, através de monitoramento das publicações de vacância dos servidores anteriormente ocupantes de Cargos, Funções ou Empregos Públicos, no Diário Oficial da União ou do Estado, dependendo do caso em questão.

O sendo mecanismo de controle que também ocorre no momento da admissão é o preenchimento de Declaração informando que, de acordo com o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, acumula cargo, emprego ou função pública incluída as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Fundações

mantidas pelo Poder Público, com o que exerceneste Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia.

5.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:

Não houve casos de acumulação indevida de Cargo, Funções e Empregos Públicos no período.

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Não houve no período disposto pela dificuldade financeira encontrada pelo Regional.

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos da Entidade:

Dentro dos contratos geridos, no ano de 2014 não houve contratação de serviços terceirizados congruentes com as descrições do Plano de Cargos do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia.

5.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realizaçãode Concurso Público

Dentro dos contratos geridos, no ano de 2014 não houve substituição de serviços terceirizados por servidores ocupantes de cargo público advindos de concurso ou provimento adicional autorizados no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia.

5.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

Não houve contratação de serviços de limpeza por empresa externa durante o período mencionado.

5.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão:

As informações sobre os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra não contam no período mencionado nenhuma contratação.

3.4 Dirigentes e membros de conselhos

MYRIAM LINS DE OLIVEIRA MARQUES	
CPF	046.707.384-88
Registro profissional	00476T
Data inicial do mandato	20/08/2014
Data final do mandato	22/02/2017
Data do ato de designação	22/08/2000
Ato de designação	RESOLUÇÃO CONTER Nº 003
Entidade que representa	CRTR PE 15ª REGIÃO
Cargo	DIRETOR PRESIDENTE

SANDOVAL KEHRLE	
CPF	472.091.194-34
Registro profissional	00240N
Data inicial do mandato	20/08/2014
Data final do mandato	22/02/2017
Data do ato de designação	22/08/2000
Ato de designação	RESOLUÇÃO CONTER 003 22/08/2000
Entidade que representa	CRTR PE 15ª REGIÃO
Cargo	DIRETOR SECRETÁRIO

ALEXANDRE FURTADO BASTOS	
CPF	019.249.134-29
Registro profissional	00967T
Data inicial do mandato	20/08/2014
Data final do mandato	22/02/2017
Data do ato de designação	22/08/2000
Ato de designação	RESOLUÇÃO CONTER Nº003 DE 2000
Entidade que representa	CRTR PE 15ª REGIÃO
Cargo	DIRETOR TESOUREIRO

3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e Conselho

Cargo	Tipo de remuneração	Valor	Informações adicionais
MYRIAM LINS DE OLIVEIRA MARQUES			
DIRETOR PRESIDENTE	JETONS - INDENIZAÇÃO	28.800,00	O valor informado é variável, de forma indenizatória e depender das reuniões de Diretoria, plenárias e trabalhos a disponibilidade do Regional, sendo o aqui apresentado o teto máximo anual instuído por Resolução do CONTER a todos os Regionais do sistema CONTER/CRTR'S.
SANDOVAL KEHRLE			
DIRETOR SECRETÁRIO	JETONS - INDENIZAÇÃO	28.800,00	O valor informado é varável, de forma indenizatória a depender das reuniões de Diretoria, plenárias e

			trabalhos a disponibilidade do Regional, sendo o aqui apresentado o teto máximo anual instituído por Resolução do CONTER a todos os Regionais do sistema CONTER/CRTR's.
ALEXANDRE FURTADO BASTOS			
DIRETOR TESOUREIRO	JETONS - INDENIZAÇÃO	28.800,00	O valor informado é varável, de forma indenizatória a depender das reuniões de Diretoria, plenária e trabalhos a disponibilidade do Regional, sendo o aqui apresentado o teto máximo anual instituído por Resolução do CONTER a todos os Regionais do sistema CONTER/CRTR's.

4 - Informações sobre a gestão

4.1 Demonstração da receita

Descrição dos repasses de receita (método e percentuais)

As receitas do CRTR PE 15ª Região, são divididas em dois grupos. O primeiro são receitas que são compartilhadas com a unidade Federal, e o segundo grupo que não é compartilhado e o valor em sua totalidade fica no regional Pernambuco.

As receitas compartilhadas são emolumentos que são divididos em 66,67% ao Regional e 33,33% para o nacional CONTER. Esses valores compartilhados são enviados automaticamente pelo banco, que possui convênio na conta bancária.

Já os valores que são recebidos em totalidade ficam no Regional PE para custear as atividades e funcionamento do conselho.

Análise crítica

As receitas foram detalhadas em suas respectivas dotações onde são determinadas a partir do demonstrativo do programa siscafw e em comparativo ao demonstrativo bancário.

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.337.775,00	828.100,16	509.674,84
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.337.775,00	828.100,16	509.674,84
6.2.1.2.1.12 - 6.2.1.2.1.12 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.051.994,00	687.680,35	364.313,65
6.2.1.2.1.12.40 - 6.2.1.2.1.12.40 - CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	1.051.994,00	687.680,35	364.313,65
6.2.1.2.1.12.40.01 - 6.2.1.2.1.12.40.01 - ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	1.030.106,00	675.185,38	354.920,62
6.2.1.2.1.12.40.01.001 - 6.2.1.2.1.12.40.01.001 - ANUIDADES DO EXERCÍCIO - P.F.	955.106,00	600.852,63	354.253,37

6.2.1.2.1.12.40.01.002 - 6.2.1.2.1.12.40.01.002 - ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - P.F.	75.000,00	74.332,75	667,25
6.2.1.2.1.12.40.02 - 6.2.1.2.1.12.40.02 - ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	21.888,00	12.494,97	9.393,03
6.2.1.2.1.12.40.02.001 - 6.2.1.2.1.12.40.02.001 - ANUIDADES DO EXERCÍCIO - P.J.	17.888,00	12.494,97	5.393,03
6.2.1.2.1.12.40.02.002 - 6.2.1.2.1.12.40.02.002 - ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - P.J.	4.000,00	0,00	4.000,00
6.2.1.2.1.13 - 6.2.1.2.1.13 - RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	798,59	-798,59
6.2.1.2.1.13.20 - 6.2.1.2.1.13.20 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	798,59	-798,59
6.2.1.2.1.13.20.01 - 6.2.1.2.1.13.20.01 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	798,59	-798,59
6.2.1.2.1.16 - 6.2.1.2.1.16 - RECEITAS DE SERVIÇOS	106.569,00	61.781,17	44.787,83
6.2.1.2.1.16.13 - 6.2.1.2.1.16.13 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	106.569,00	61.781,17	44.787,83
6.2.1.2.1.16.13.01 - 6.2.1.2.1.16.13.01 - TAXA DE INSCRIÇÃO - PESSOAS FÍSICAS	42.600,00	24.237,43	18.362,57
6.2.1.2.1.16.13.02 - 6.2.1.2.1.16.13.02 - EXPEDIÇÃO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL	17.400,00	14.188,71	3.211,29
6.2.1.2.1.16.13.05 - 6.2.1.2.1.16.13.05 - REATIVAÇÃO DE INSCRIÇÃO OU DE REGISTRO PROFISSIONAL - PF	9.318,00	434,03	8.883,97
6.2.1.2.1.16.13.06 - 6.2.1.2.1.16.13.06 - TAXA DE INSCRIÇÃO - PESSOA JURÍDICA	13.899,00	2.088,00	11.811,00
6.2.1.2.1.16.13.07 - 6.2.1.2.1.16.13.07 - EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS/REGISTROS/CADASTROS - PJ	17.352,00	20.833,00	-3.481,00
6.2.1.2.1.16.13.08 - 6.2.1.2.1.16.13.08 - REATIVAÇÃO DE INSCRIÇÃO OU REGISTRO PROFISSIONAL - PJ	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.1.2.1.16.13.99 - 6.2.1.2.1.16.13.99 - OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.000,00	0,00	5.000,00
6.2.1.2.1.17 - 6.2.1.2.1.17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	61.604,60	-61.604,60

6.2.1.2.1.17.10 - 6.2.1.2.1.17.10 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	61.604,60	-61.604,60
6.2.1.2.1.17.10.01 - 6.2.1.2.1.17.10.01 - TRANSFERÊNCIAS DO CONTER	0,00	61.604,60	-61.604,60
6.2.1.2.1.17.10.01.005 - 6.2.1.2.1.17.10.01.005 - DOAÇÃO PARA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO - EXERCÍCIO CORRENTE	0,00	21.604,60	-21.604,60
6.2.1.2.1.17.10.01.099 - 6.2.1.2.1.17.10.01.099 - OUTRAS DOAÇÕES DO CONTER PARA DESPESAS CORRENTES	0,00	40.000,00	-40.000,00
6.2.1.2.1.19 - 6.2.1.2.1.19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	179.212,00	16.235,45	162.976,55
6.2.1.2.1.19.10 - 6.2.1.2.1.19.10 - MULTAS E JUROS DE MORA	59.000,00	14.365,86	44.634,14
6.2.1.2.1.19.10.02 - 6.2.1.2.1.19.10.02 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	32.000,00	11.214,93	20.785,07
6.2.1.2.1.19.10.02.001 - 6.2.1.2.1.19.10.02.001 - MULTAS SOBRE ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	7.000,00	1.756,92	5.243,08
6.2.1.2.1.19.10.02.002 - 6.2.1.2.1.19.10.02.002 - JUROS SOBRE ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	25.000,00	9.458,01	15.541,99
6.2.1.2.1.19.10.09 - 6.2.1.2.1.19.10.09 - MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	27.000,00	3.150,93	23.849,07
6.2.1.2.1.19.10.09.098 - 6.2.1.2.1.19.10.09.098 - MULTAS DE ELEIÇÕES	2.000,00	0,00	2.000,00
6.2.1.2.1.19.10.09.099 - 6.2.1.2.1.19.10.09.099 - OUTRAS MULTAS	25.000,00	3.150,93	21.849,07
6.2.1.2.1.19.10.09.099.001 - 6.2.1.2.1.19.10.09.099.001 - MULTAS POR AUTUAÇÃO - PF	5.000,00	1.317,50	3.682,50
6.2.1.2.1.19.10.09.099.002 - 6.2.1.2.1.19.10.09.099.002 - MULTAS POR AUTUAÇÃO - PJ	20.000,00	1.833,43	18.166,57
6.2.1.2.1.19.32 - 6.2.1.2.1.19.32 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.212,00	0,00	120.212,00
6.2.1.2.1.19.32.16 - 6.2.1.2.1.19.32.16 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	120.212,00	0,00	120.212,00
6.2.1.2.1.19.32.16.001 - 6.2.1.2.1.19.32.16.001 - DÍVIDA ATIVA PESSOA FÍSICA - PRINCIPAL	55.212,00	0,00	55.212,00

6.2.1.2.1.19.32.16.002 - 6.2.1.2.1.19.32.16.002 - DÍVIDA ATIVA PESSOA JURÍDICA - PRINCIPAL	65.000,00	0,00	65.000,00
6.2.1.2.1.19.90 - 6.2.1.2.1.19.90 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	1.869,59	-1.869,59
6.2.1.2.1.19.90.99 - 6.2.1.2.1.19.90.99 - OUTRAS RECEITAS	0,00	1.869,59	-1.869,59

4.2.1 Programação de Despesas Correntes e de Capital

A programação de Despesas Correntes e de Capital, vem demonstrar todas as despesas realizadas decorrente o ano, que foram orçadas, sendo elas Despesas Correntes e ou Capital.

Análise crítica

Durante o o exercício de 2014, houve a preocupação por parte da organização diminuir as despesas e otimizando os gastos dentro do Regional, fazendo com que a execução das despesas fossem dentro do orçamento. Entretanto foi necessário fazer algumas transposições orçamentárias, para regulamentar e fazer-se correta a qualificação das despesas realizadas.

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.2.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL	794.263,00	1.187.775,00	170.373,80	179.800,00	51.073,80	29.800,00	913.563,00	1.337.775,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	774.263,00	1.164.775,00	170.373,80	179.800,00	51.073,80	24.800,00	893.563,00	1.319.775,00
6.2.2.1.1.31 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	234.500,00	356.000,00	58.000,00	10.000,00	3.500,00	5.000,00	289.000,00	361.000,00
6.2.2.1.1.31.90 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	234.500,00	356.000,00	58.000,00	10.000,00	3.500,00	5.000,00	289.000,00	361.000,00

6.2.2.1.1.31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	164.000,00	235.000,00	10.000,00	0,00	500,00	0,00	173.500,00	235.000,00
6.2.2.1.1.31.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	58.500,00	100.000,00	48.000,00	10.000,00	0,00	0,00	106.500,00	110.000,00
6.2.2.1.1.31.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00	6.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	2.000,00	6.000,00
6.2.2.1.1.31.90.67 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
6.2.2.1.1.31.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	7.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	7.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	539.763,00	808.775,00	112.373,80	169.800,00	47.573,80	19.800,00	604.563,00	958.775,00
6.2.2.1.1.33.10 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	204.363,00	370.975,00	47.253,80	120.000,00	22.253,80	0,00	229.363,00	490.975,00
6.2.2.1.1.33.10.41 - CONTRIBUIÇÕES	204.363,00	370.975,00	47.253,80	120.000,00	22.253,80	0,00	229.363,00	490.975,00
6.2.2.1.1.33.90 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	335.400,00	437.800,00	65.120,00	49.800,00	25.320,00	19.800,00	375.200,00	467.800,00
6.2.2.1.1.33.90.14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	8.000,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	20.000,00	15.500,00
6.2.2.1.1.33.90.18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	33.000,00	47.800,00	4.900,00	17.000,00	0,00	11.100,00	37.900,00	53.700,00
6.2.2.1.1.33.90.32 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	3.000,00	0,00	500,00	0,00	700,00	0,00	2.800,00
6.2.2.1.1.33.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM	6.000,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	6.000,00	8.000,00

LOCOMOÇÃO								
6.2.2.1.1.33.90.35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
6.2.2.1.1.33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	34.500,00	37.000,00	120,00	4.000,00	4.000,00	500,00	30.620,00	40.500,00
6.2.2.1.1.33.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	90.700,00	121.500,00	21.600,00	14.800,00	4.120,00	0,00	108.180,00	136.300,00
6.2.2.1.1.33.90.46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	23.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	25.000,00
6.2.2.1.1.33.90.47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	6.000,00	4.000,00
6.2.2.1.1.33.90.49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	10.800,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.800,00	12.000,00
6.2.2.1.1.33.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	108.400,00	158.000,00	38.500,00	6.000,00	17.200,00	0,00	129.700,00	164.000,00
6.2.2.1.2 - CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	20.000,00	18.000,00
6.2.2.1.2.44 - INVESTIMENTOS	20.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	20.000,00	18.000,00
6.2.2.1.2.44.90 - INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	20.000,00	18.000,00
6.2.2.1.2.44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	20.000,00	18.000,00
TOTAIS:	794.263,00	1.187.775,00	170.373,80	179.800,00	51.073,80	29.800,00	913.563,00	1.337.775,00

4.2.2 Execução das despesas por modalidade de Contratação

- Anexo IV - DESPESAS - DESPESAS

4.2.3 Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital

Apresentação

Na Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital, é possível visualizar todas as despesas realizadas a partir do orçamento programado no início do exercício 2014 e executado no decorrer do ano, fazendo um paralelo entre o orçado e o realizado.

Análise Crítica

Foi necessário fazer algumas Transposições Orçamentárias para adequar a as despesas realizadas nas suas respectivas contas orçamentárias.

Conta contábil	Orçado		Empenhado		Liquidado		Restos a pagar		Pago	
	Exercício Anterior	Exercício Atual								
6.2.2.1.1.31 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	289.000,00	361.000,00	231.180,13	256.033,18	231.180,13	256.033,18	0,00	0,00	231.180,13	256.033,18
6.2.2.1.1.31.90 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	289.000,00	361.000,00	231.180,13	256.033,18	231.180,13	256.033,18	0,00	0,00	231.180,13	256.033,18
6.2.2.1.1.31.90.11 - VENCIMENTOS E	173.500,00	235.000,00	144.334,68	161.467,85	144.334,68	161.467,85	0,00	0,00	144.334,68	161.467,85

VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL										
6.2.2.1.1.31.90.11.00 1 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	140.000,00	190.000,00	139.132,05	155.522,72	139.132,05	155.522,72	0,00	0,00	139.132,05	155.522,72
6.2.2.1.1.31.90.11.00 2 - CARGOS EM COMISSÃO	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.11.00 8 - FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	12.000,00	16.000,00	5.202,63	5.945,13	5.202,63	5.945,13	0,00	0,00	5.202,63	5.945,13
6.2.2.1.1.31.90.11.00 9 - 13º SALÁRIO	11.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.11.01 1 - ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	2.500,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	106.500,00	110.000,00	82.986,86	94.565,33	82.986,86	94.565,33	0,00	0,00	82.986,86	94.565,33
6.2.2.1.1.31.90.13.00 1 - FGTS	14.000,00	15.000,00	11.324,18	11.695,22	11.324,18	11.695,22	0,00	0,00	11.324,18	11.695,22
6.2.2.1.1.31.90.13.00 2 - INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	85.000,00	80.000,00	67.061,21	78.102,61	67.061,21	78.102,61	0,00	0,00	67.061,21	78.102,61
6.2.2.1.1.31.90.13.00 4 - PIS/PASEP - CONTRIBUIÇÃO S/ FOLHA DE PAGTO.	2.500,00	2.000,00	1.203,42	1.324,24	1.203,42	1.324,24	0,00	0,00	1.203,42	1.324,24
6.2.2.1.1.31.90.13.09 9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00	13.000,00	3.398,05	3.443,26	3.398,05	3.443,26	0,00	0,00	3.398,05	3.443,26

6.2.2.1.1.31.90.16 - OUTRAS DESpesas VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.16.00 3 - SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E DSR	2.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.16.09 9 - OUTRAS DESpesas VARIÁVEIS	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.67 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.67.00 1 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	7.000,00	5.000,00	3.858,59	0,00	3.858,59	0,00	0,00	0,00	0,00	3.858,59	0,00
6.2.2.1.1.31.90.94.00 2 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	2.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.31.90.94.09 9 - OUTRAS INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00	0,00	3.858,59	0,00	3.858,59	0,00	0,00	0,00	0,00	3.858,59	0,00
6.2.2.1.1.33 - OUTRAS DESpesas CORRENTES	604.563,00	958.775,00	447.984,46	565.053,76	447.984,46	565.053,76	0,00	0,00	0,00	447.984,46	565.053,76
6.2.2.1.1.33.10 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.363,00	490.975,00	183.429,80	263.939,82	183.429,80	263.939,82	0,00	0,00	0,00	183.429,80	263.939,82

6.2.2.1.1.33.10.41 - CONTRIBUIÇÕES	229.363,00	490.975,00	183.429,80	263.939,82	183.429,80	263.939,82	0,00	0,00	183.429,80	263.939,82
6.2.2.1.1.33.10.41.00 1 - TRANSFERÊNCIA PARA O CONTER - COTA-PARTE (1/3)	207.109,20	370.975,00	164.277,01	182.636,73	164.277,01	182.636,73	0,00	0,00	164.277,01	182.636,73
6.2.2.1.1.33.10.41.00 2 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS AO CONTER	22.253,80	120.000,00	19.152,79	81.303,09	19.152,79	81.303,09	0,00	0,00	19.152,79	81.303,09
6.2.2.1.1.33.90 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	375.200,00	467.800,00	264.554,66	301.113,94	264.554,66	301.113,94	0,00	0,00	264.554,66	301.113,94
6.2.2.1.1.33.90.14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	15.500,00	0,00	14.200,00	0,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00
6.2.2.1.1.33.90.14.00 1 - DIÁRIAS NO PAÍS - SERVIDORES	20.000,00	15.500,00	0,00	14.200,00	0,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00
6.2.2.1.1.33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	37.900,00	53.700,00	15.801,65	25.285,24	15.801,65	25.285,24	0,00	0,00	15.801,65	25.285,24
6.2.2.1.1.33.90.30.00 1 - GÁS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	9.000,00	9.000,00	5.574,06	8.665,74	5.574,06	8.665,74	0,00	0,00	5.574,06	8.665,74
6.2.2.1.1.33.90.30.00 3 - MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	1.000,00	2.500,00	356,40	0,00	356,40	0,00	0,00	0,00	356,40	0,00

6.2.2.1.1.33.90.30.00 4 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.000,00	10.000,00	4.597,02	7.387,32	4.597,02	7.387,32	0,00	0,00	4.597,02	7.387,32
6.2.2.1.1.33.90.30.00 5 - MATERIAL DE INFORMÁTICA	0,00	8.000,00	0,00	3.292,79	0,00	3.292,79	0,00	0,00	0,00	3.292,79
6.2.2.1.1.33.90.30.00 7 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	500,00	200,00	112,27	59,80	112,27	59,80	0,00	0,00	112,27	59,80
6.2.2.1.1.33.90.30.00 8 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.30.00 9 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	6.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.30.01 0 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	2.000,00	8.000,00	815,90	209,98	815,90	209,98	0,00	0,00	815,90	209,98
6.2.2.1.1.33.90.30.01 1 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.500,00	3.000,00	1.936,00	149,40	1.936,00	149,40	0,00	0,00	1.936,00	149,40
6.2.2.1.1.33.90.30.01 2 - MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÔNICO E DE TELEFONIA	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.30.01 3 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2.2.1.1.33.90.30.01 4 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	3.700,00	0,00	3.333,00	0,00	3.333,00	0,00	0,00	0,00	3.333,00
6.2.2.1.1.33.90.30.01 5 - MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	2.000,00	3.000,00	1.420,00	1.590,00	1.420,00	1.590,00	0,00	0,00	1.420,00	1.590,00
6.2.2.1.1.33.90.30.01 7 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE BASE	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.30.09 6 - MATERIAL DE CONSUMO - SUPRIMENTO DE FUNDOS	900,00	300,00	600,00	300,00	600,00	300,00	0,00	0,00	600,00	300,00
6.2.2.1.1.33.90.30.09 9 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	500,00	1.000,00	390,00	297,21	390,00	297,21	0,00	0,00	390,00	297,21
6.2.2.1.1.33.90.32 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	2.800,00	0,00	2.133,00	0,00	2.133,00	0,00	0,00	0,00	2.133,00
6.2.2.1.1.33.90.32.00 2 - MATERIAL PARA CERIMONIAL	0,00	2.500,00	0,00	2.133,00	0,00	2.133,00	0,00	0,00	0,00	2.133,00
6.2.2.1.1.33.90.32.00 3 - MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.000,00	8.000,00	3.829,50	4.157,69	3.829,50	4.157,69	0,00	0,00	3.829,50	4.157,69

6.2.2.1.1.33.90.33.00 1 - PASSAGENS PARA O PAÍS	5.000,00	5.500,00	3.225,95	3.167,62	3.225,95	3.167,62	0,00	0,00	3.225,95	3.167,62
6.2.2.1.1.33.90.33.00 4 - LOCOMOÇÃO URBANA	1.000,00	2.000,00	603,55	990,07	603,55	990,07	0,00	0,00	603,55	990,07
6.2.2.1.1.33.90.33.00 5 - PEDÁGIOS E ESTACIONAMENT OS	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.35.00 4 - AUDITORIA EXTERNA - PESSOA JURÍDICA	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.620,00	40.500,00	9.020,00	16.779,35	9.020,00	16.779,35	0,00	0,00	9.020,00	16.779,35
6.2.2.1.1.33.90.36.00 2 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	13.000,00	7.500,00	0,00	690,00	0,00	690,00	0,00	0,00	0,00	690,00
6.2.2.1.1.33.90.36.00 4 - EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E CURSOS	120,00	2.000,00	120,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.36.00 5 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	8.000,00	12.000,00	7.880,00	9.402,00	7.880,00	9.402,00	0,00	0,00	7.880,00	9.402,00
6.2.2.1.1.33.90.36.01 0 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	1.500,00	5.000,00	450,00	3.787,00	450,00	3.787,00	0,00	0,00	450,00	3.787,00

DE VEÍCULOS										
6.2.2.1.1.33.90.36.01 2 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS	2.000,00	2.000,00	570,00	1.400,35	570,00	1.400,35	0,00	0,00	570,00	1.400,35
6.2.2.1.1.33.90.36.02 2 - DIÁRIAS A CONSELHEIROS/ DELEGADOS - NO PAÍS	6.000,00	12.000,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
6.2.2.1.1.33.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.37.09 9 - OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA	3.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	108.180,00	136.300,00	86.061,26	98.539,42	86.061,26	98.539,42	0,00	0,00	86.061,26	98.539,42
6.2.2.1.1.33.90.39.00 2 - CONDOMÍNIOS E TAXAS CORRELATAS	8.600,00	10.000,00	8.158,56	8.786,94	8.158,56	8.786,94	0,00	0,00	8.158,56	8.786,94
6.2.2.1.1.33.90.39.00 5 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	3.000,00	5.000,00	2.180,00	1.400,00	2.180,00	1.400,00	0,00	0,00	2.180,00	1.400,00
6.2.2.1.1.33.90.39.01 0 - MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA - SOFTWARE	0,00	22.000,00	0,00	18.837,07	0,00	18.837,07	0,00	0,00	0,00	18.837,07
6.2.2.1.1.33.90.39.01 3 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIP. DE	0,00	8.000,00	0,00	7.544,00	0,00	7.544,00	0,00	0,00	0,00	7.544,00

INFORMÁTICA										
6.2.2.1.1.33.90.39.01 4 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	3.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.39.01 5 - MANUTENÇÃO E CONS. DE BENS MÓVEIS - OUTRAS NATUREZAS	2.000,00	2.000,00	830,00	2.000,00	830,00	2.000,00	0,00	0,00	830,00	2.000,00
6.2.2.1.1.33.90.39.02 1 - SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	9.000,00	11.000,00	7.587,95	7.839,79	7.587,95	7.839,79	0,00	0,00	7.587,95	7.839,79
6.2.2.1.1.33.90.39.02 4 - SERVIÇOS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	7.000,00	15.000,00	6.163,86	12.764,67	6.163,86	12.764,67	0,00	0,00	6.163,86	12.764,67
6.2.2.1.1.33.90.39.02 9 - SERVIÇO DE INFORMÁTICA E HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	28.000,00	5.000,00	26.066,83	4.584,45	26.066,83	4.584,45	0,00	0,00	26.066,83	4.584,45
6.2.2.1.1.33.90.39.03 0 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇ ÕES - TELEFONIA E INTERNET	10.000,00	12.000,00	8.585,40	10.499,70	8.585,40	10.499,70	0,00	0,00	8.585,40	10.499,70
6.2.2.1.1.33.90.39.03 2 - SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	0,00	10.000,00	0,00	1.400,99	0,00	1.400,99	0,00	0,00	0,00	1.400,99
6.2.2.1.1.33.90.39.03 3 - SEGURO EM GERAL	2.500,00	3.500,00	2.367,13	2.935,84	2.367,13	2.935,84	0,00	0,00	2.367,13	2.935,84
6.2.2.1.1.33.90.39.03 7 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2.2.1.1.33.90.39.04 0 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	21.500,00	20.000,00	19.882,59	14.175,57	19.882,59	14.175,57	0,00	0,00	19.882,59	14.175,57
6.2.2.1.1.33.90.39.05 3 - SERVIÇOS GRÁFICOS	3.000,00	3.000,00	200,00	2.470,40	200,00	2.470,40	0,00	0,00	200,00	2.470,40
6.2.2.1.1.33.90.39.09 6 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.J. - SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.000,00	4.800,00	2.800,00	3.300,00	2.800,00	3.300,00	0,00	0,00	2.800,00	3.300,00
6.2.2.1.1.33.90.46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	23.000,00	25.000,00	21.453,50	22.980,00	21.453,50	22.980,00	0,00	0,00	21.453,50	22.980,00
6.2.2.1.1.33.90.46.00 1 - AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO - LEI 8460/1992	23.000,00	25.000,00	21.453,50	22.980,00	21.453,50	22.980,00	0,00	0,00	21.453,50	22.980,00
6.2.2.1.1.33.90.47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.000,00	4.000,00	124,22	304,76	124,22	304,76	0,00	0,00	124,22	304,76
6.2.2.1.1.33.90.47.00 1 - TAXA DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	900,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.33.90.47.00 2 - TAXA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL E TAXAS DE COLETA URBANA	1.500,00	1.500,00	35,48	0,00	35,48	0,00	0,00	0,00	35,48	0,00
6.2.2.1.1.33.90.47.00 3 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	700,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2.2.1.1.33.90.47.09 9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUT. E CONTRIBUIÇÕES NÃO ESPECIFICADAS	2.600,00	1.300,00	88,74	304,76	88,74	304,76	0,00	0,00	88,74	304,76
6.2.2.1.1.33.90.49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	10.800,00	12.000,00	9.777,49	9.096,65	9.777,49	9.096,65	0,00	0,00	9.777,49	9.096,65
6.2.2.1.1.33.90.49.00 1 - AUXÍLIO TRANSPORTE	10.800,00	12.000,00	9.777,49	9.096,65	9.777,49	9.096,65	0,00	0,00	9.777,49	9.096,65
6.2.2.1.1.33.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	129.700,00	164.000,00	118.487,04	107.637,83	118.487,04	107.637,83	0,00	0,00	118.487,04	107.637,83
6.2.2.1.1.33.90.93.00 1 - AJUDA DE CUSTO	38.900,00	55.000,00	31.259,99	22.210,00	31.259,99	22.210,00	0,00	0,00	31.259,99	22.210,00
6.2.2.1.1.33.90.93.00 8 - AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO (JETONS)	85.600,00	108.000,00	85.200,00	84.960,00	85.200,00	84.960,00	0,00	0,00	85.200,00	84.960,00
6.2.2.1.1.33.90.93.09 9 - OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.200,00	1.000,00	2.027,05	467,83	2.027,05	467,83	0,00	0,00	2.027,05	467,83
6.2.2.1.2.44 - INVESTIMENTOS	20.000,00	18.000,00	1.345,00	3.585,73	1.345,00	3.585,73	0,00	0,00	1.345,00	3.585,73
6.2.2.1.2.44.90 - INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	18.000,00	1.345,00	3.585,73	1.345,00	3.585,73	0,00	0,00	1.345,00	3.585,73
6.2.2.1.2.44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	18.000,00	1.345,00	3.585,73	1.345,00	3.585,73	0,00	0,00	1.345,00	3.585,73

6.2.2.1.2.44.90.52.00 1 - MOBILIÁRIOS EM GERAL	4.000,00	3.000,00	0,00	678,00	0,00	678,00	0,00	0,00	0,00	678,00
6.2.2.1.2.44.90.52.00 3 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.000,00	5.000,00	796,00	2.907,73	796,00	2.907,73	0,00	0,00	796,00	2.907,73
6.2.2.1.2.44.90.52.00 4 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	11.000,00	10.000,00	549,00	0,00	549,00	0,00	0,00	0,00	549,00	0,00
Total -	913.563,00	1.337.775,00	680.509,59	824.672,67	680.509,59	824.672,67	0,00	0,00	680.509,59	824.672,67

4.2.4 Indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário

- Anexo V - INDICADORES - INDICADORES

4.3 Transferências

Existe o envio da COTA PARTE DO CONTER, que é realizada automaticamente por meio de convênio firmado no banco receptor das receitas, assim os recursos recebidos que entram na conta do compartilhamento, já chegam descontados 33,33% que seguem automaticamente a conta do nacional. No exercício de 2014 o valor repassado foi de R\$ 182.636,73

Entidade: CONSELHO NACIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA

CNPJ: 03.635.323/0001-40

Beneficiário(s)

Modalidade	Situação	Beneficiário	Data de início	Data de término	Valor total pactuado	Valor total repassado
------------	----------	--------------	----------------	-----------------	----------------------	-----------------------

Contrato de repasse	Adimplente	CONTER	01/01/2014	31/12/2014	182636,73	182636,73
---------------------	------------	--------	------------	------------	-----------	-----------

5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos

5.1.1 Força de trabalho

- Anexo VI - FORÇA DE TRABALHO - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.2 Processo de ingresso de funcionários na entidade no exercício

Introdução

Os servidores de carreira são todos contratados através de concurso público. E os comissionados são admitidos através de nomeação em portaria.

Data da norma ou expediente autorizador	Título da norma ou expediente autorizador do ingresso de funcionários	Quantidade autorizada	Tipologia do cargo	Cargo	Lotação prevista
03/01/2011	CONTRATO DE TRABALHO	1	1.2. Servidores de Carreira	FISCAL	FISCALIZAÇÃO
20/09/2010	D.O.U EM 08 DE JUNHO DE 2010	1	1.2. Servidores de Carreira	SERVIÇOS GERAIS	MANUTENÇÃO
11/04/2011	OFÍCIO CRTR 15ª REGIÃO Mº0292/2011	1	1.2. Servidores de Carreira	FISCAL	FISCALIZAÇÃO
02/02/2009	OFÍCIO CRTR 15ª REGIÃO Nº 0049/2009	1	1.2. Servidores de Carreira	RECEPCIONISTA	RECEPÇÃO
27/09/2013	PORTARIA CRTR PE 15ª REGIÃO N0021/2013 DE 1DE SETEMBRO DE 2013	1	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	ASSESSORA DA PRESIDÊNCIA	PRESIDÊNCIA
28/01/2013	PORTARIA CRTR PE 15ª REGIÃO Nº 002/2013	1	1.2. Servidores de Carreira	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SECRETARIA
15/07/2014	PORTARIA CRTR PE 15ª REGIÃO Nº 007/2014	1	2.1. Cargos de Natureza Especial	ASSESSOR DE SECRETARIA	SECRETARIA
15/08/2014	PORTARIA CRTR PE 15ª REGIÃO Nº 011/2014	1	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	ASSESSORA DA PRESIDÊNCIA	PRESIDÊNCIA
31/01/2014	PORTARIA CRTR PE15ª REGIÃO Nº 002/2014	1	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	ASSESSOR DE TI	INFORMÁTICA
21/05/2012	PORTARIA CRTR/15ª REGIÃO	1	1.2. Servidores de	CONTAD	CONTABI

	Nº001 7 /2012, DE 21 DE MAI O DE 2012		Carreira	OR	LIDADE
04/06/2012	PORTARIA CRTR/15ª REGIÃO Nº001 9 /2012, DE 0 4 DE JU N HO DE 2012.	1	1.2. Servidores de Carreira	ADVOGA DO	JURÍDICO

5.1.3 - Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos em Comissão e das Funções Gratificadas

- Anexo VII - 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho - 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho O quadro 22 detalha a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia com apuração em 31 de dezembro de 2014.
QUADRO 7 - DETALHAMENTO DA ESTRU

5.1.4 Qualificação da força de trabalho por faixa etária

- Anexo VIII - 5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoa - 5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade O quadro 23 demonstra a quantidade de servidores do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia por faixa etária, com apuração em 31 de dezembro de 2014.

5.1.5 Qualificação da força de trabalho por Nível de Escolaridade

- Anexo IX - 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unida - 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade O quadro 24 demonstra a quantidade de servidores do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia por nível de escolaridade, com apuração em 31 de dezembro de 20

5.2 Desoneração da folha de pagamento

NÃO HOUVE AÇÃO NESSE SENTIDO.

6 - Recomendações

6.1 Recomendações TCU

As recomendações feitas pelo TCU foram atendidas nas medidas que o relatório que é elaborado dentro das normas do tribunal, passou por reformulação pela empresa Implanta Informática, que normatizou todas as exigências requeridas e colocou em prática no sistema que foi usado na elaboração deste relatório 2014.

6.2 Recomendações Internas

PONTOS DE REGULARIZAÇÃO APRESENTADOS

Relatório nº11/2014

II.a.1:

“Recomendamos a realização de um planejamento orçamentário para os próximos exercícios com base em dados consistentes, a fim de proporcionar a execução de despesas somente para os projetos que estejam na estrita consonância com a possibilidade de arrecadação, de forma a evitar déficit nas demonstrações econômicas-financeiras (R\$185,597,89), especialmente no balanço patrimonial, tendo em vista a necessária obediência ao princípio orçamentário do equilíbrio, conforme estabelecido na alínea do art.48 da lei nº4.320/64, c/c o inciso II do art.5º do Decreto nº93.874/86”

Sobre a recomendação acima relatada nota-se pertinente a colocação, porém vale ressaltar que o déficit na arrecadação deu-se pela alta inadimplência gerada pelo banco de dados que há anos nunca foi atualizado ficando difícil até de executar os valores na justiça por falta de dados seguros dos profissionais.

Entretanto nos obrigamos ao orçamento de 2015, posto o exercício de 2014 já deu-se praticamente findo iremos levar a o recomendação a prática, indicando dados mais consistentes para a preparação do nosso orçamento de 2015 e a uma reestruturação organizacional administrativo-financeira.

II. c.1:

“Em decorrência das novas regras impostas pelo tribunal de contas da união, em especial a instrução normativa nº63 de 1º de novembro de 2013, além de decisão normativa TCU nº127, de 15 de maio de 2013, recomendamos ao CRTR que promova ações com o objetivo de disseminar a importância do planejamento estratégico, procedendo, inclusive mediante normativa, ações voltadas a implementação ou aperfeiçoamentos de planejamento estratégico institucional, pois o novo modelo de apresentação da prestação aquela corte, tem foco específico na gestão, que tem por finalidade o acompanhamento das ações efetivamente alcançadas, a análise das causas dessas diferenças e a definição e implantação de ações de correção, além de examinar o impacto dos programas , projetos e atividades para os seus inscritos e a sociedade em geral.”

Em relação à recomendação acima descrita, o Regional vem se adequando as novas diretrizes do TCU e irá se adequar ao próximo exercício mediante as expectativas delimitadas, contendo os pontos analisáveis conforme recomendações desta auditoria interna, ponto indicativo muito pertinente que irá ser seguido até o exercício 2015.

III.a.2:

“o relatório emitido pelo Sistema de Arrecadação do CRTR/15, que demonstra o total da arrecadação de 2013, apresenta uma divergência entre os registros contábeis. O quadro indica que, em relação aos valores efetivamente recebidos, o sistema de arrecadação do CRTR/15 diverge em R\$ 106,003,38, conforme quadro analítico da receita.”

Sobre o exposto, segue em anexo as considerações do contador deste Regional, que resumidamente encontra amparo na inconsistência do próprio SISCAP, sendo um programa cooperativo, porém não tem certeza se é um erro do SISCAP ou um erro na utilização dos

funcionários do Regional. Diante do fato acima descrito esta Diretoria juntamente com a contabilidade irá fazer um estudo sistemático, se possível até com contadoria externa contratada para este fim, evidenciar esta diferença que vem se estendendo até antes desta atual gestão, nunca evidenciada.

No ano de 2015 nenhuma inconsistência haverá sem ser sanada, posto buscarmos a solução para esta diferença contábil o mais urgente possível. Solicitando de este CONTER ainda ajuda a solução desta lide que por anos vem se arrastando.

III.b.2:

“Verificamos a emissão de cheque ao portador, informamos que o procedimento contratava o §2º do art.74 do Decreto –lei nº200 de 25/02/1967, ficando comprometida a transferência de responsabilidade”.

Sobre o exposto acima este Regional irá se adequar a regra acima descrita de imediato, não sendo passível deste erro a posterior a data desta indicação.

Indicamos que desde a data desta auditoria nenhum cheque sairá ao portador, nos adequando pontualmente de imediato a esta análise da auditoria.

III.b.3:

“verificamos diversas pagamentos efetuados para pessoas físicas e pessoas jurídicas, sem comprovação (Nota fiscal, Recibo, RPA), do serviço prestado, conforme quadro analítico:”

Diante do exposto apontado, iremos garantir que nos futuros apontes de 2014 não haja inconsistências sobre tais fatos, porém no relatório anexo o contador faz aponte que eram juntados comprovantes de depósitos e contratos, conforme explicado pelo contador, em relatório anexo a este: “Os pagamentos efetuados ditos sem notas fiscais, RPA e Recebo, estão comprovados através de comprovantes de depósitos e juntada de contrato. Entretanto estaremos também refazendo e analisando, o processo de pagamento junto a diretoria de tesouraria, para que esses pagamentos sejam enviados completos para a Contabilidade, uma vez que após o pagamento fica complicado pedir essas notas fiscais ou recibos comprobatórios. Programaremos um controle de observância dos memorandos de despesas executadas.”. Deste modo este Regional irá se adequar junto ao setor contábil em relação às contas apresentadas em 2013, inserindo todos os recibos faltantes nos referidos processos.

III.b.4:

A implementação apresentada desde o exercício de 2012 não conseguiu ser cumprida por completo, posto as empresas mencionadas serem oficiadas e não haver resposta sobre a retenção destes impostos e contribuições, ficando o Regional sempre solicitando sem a resposta ao tempo do pagamento, nem a posterior feito.

Em 2013 o Regional não eivou esforços para dirimir esta solicitação, porém, creio que é um problema em todo o sistema, posto a CELPE, Telemar não responder os nossos ofícios e solicitações, porém iremos estar tomando novos contatos através do jurídico para fazer as devidas justificações e regularizações.

III.f.1:

Em relação aos bens patrimoniais, estes encontram-se na mesma menção do que encontramos, em planilhas, que já havia sido apontado como insuficientes para controle.

Nota-se que infelizmente por conta do período de transição que não houve entre as gestões não nos foi passado os bens patrimoniais do Regional devidamente analisado, não podendo mensurar exatamente esta diretoria sobre a quantidade e valor exatamente atualizado, posto muitos dos bens expostos terem sidos dados baixos sem a devida expurga da planilha.

Propomos-nos no primeiro semestre do ano de 2015 fazermos uma nova contagem dos bens patrimônios do Regional, contagem esta nunca feita por empresa, que não houve em 2012, 2013 e 2014 por conta de dificuldades financeiras, por empresas de cadastro de bens e contagem para dar transparência e tranquilidade à valorização dos bens patrimoniais do Regional.

III.g.1:

A comissão de licitação foi criada após a auditoria apresentar a solicitação, PORTARIA CRTR/15ª REGIÃO Nº 0014/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

III.g.2.1:

A ausência de publicação no DOU foi devidamente implementada em parte, posto, que todos os nossos contratos estão inseridos em nosso Website, desde 2013.

Porém por conta da dificuldade financeira não dispomos de recursos para publicar nossas contas no DOU. No ano de 2015 iremos também adequar melhor esta realidade vivenciada e publicar da forma adequada às contas, solicitando ajuda a este CONTER para nos adequar a este parâmetro.

III. h.2:

A única certidão que não saiu junto ao Regional foi a do INSS, posto não ter sido inserido o recolhimento contábil do pagamento do 13º salário, posto já esta sendo regularizado junto ao setor contábil.

III.h.3:

As contribuições Previdenciárias estão sendo retidas conforme indicação desde a data da auditoria, sendo esta situação já de imediatamente regularizada.

6.3 Danos Erários

Não houve no exercício danos erários.

7 - Informações Contábeis

7.1 Adoção NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício?

Parcialmente

Justificativa

Está sendo implementado pelo SOFTWARE da Implanta Informática, sobre as normas NCASP somente em relação ao SISPAT e diate deste fato em 2015 está sendo inserido, porém em relação as prestações de contas desde 2013 está consolidado as normas contábeis em vigors.

7.2 Demonstrações Contábeis

Anexo X - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro

Anexo XII - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário

Anexo XIV - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial

Anexo XVI - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Anexo XVIII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

7.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Auditoria realizada em nosso regional foi feita, pelo órgão nacional CONTER no mês de Outubro onde foi auditado através de comissão daquele nacional, e verificado os livros, processos econômicos e notas comprobatória de despesas. Estando este regional a subordinação do órgão CONTER.

8 - Relações com a Sociedade

8.1 Relações com a Sociedade

Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade

Medidas Adotadas

A unidade do CRTR PE 15ª REGIÃO, encontra-se em prédio comercial que possui rampa de acesso até os elevadores, e dois elevadores de circulação ao público.

A sede deste regional é pequena, entretanto existe espaço suficiente para circulação de cadeirantes no regional.

9 - Outras informações

9.1 Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

- Anexo X - Defícit Patrimonial - Defícit Patrimonial
- Anexo XI - OUTRAS INFORMAÇÕES - OUTRAS INFORMAÇÕES

Conclusões

Resultados da atuação frente aos objetivos traçados para o exercício

No exercício do ano de 2014, o Conselho Regional de Técnicos em Radiologia avançou em sua consolidação como entidade autônoma, destacando-se através de provimento dos últimos cargos e funções comissionadas criadas, completando-se, assim, o quadro de pessoal do Regional para os trabalhos necessários e efetivos nos próximos exercícios.

Neste exercício tivemos um melhoramento ao atendimento ao público em geral e aceleração das vias processuais, tornando os procedimentos mais técnicos e seguidores dos aparatos jurídicos necessários para os fins legais a que se propõe.

Este exercício de 2014 fora marcado com a implementação dos moldes de prestações de contas do TCU e adequações ao sistema de contratação de corpo funcional através do aprimoramento do RJU nos conselhos em geral, estamos seguindo as recomendações jurídicas ao caso em tela e aguardando a aprovação da lei de criação dos cargos desta entidade.

Outro grande desafio para 2015 é a continuação da institucionalização do modelo de governança e gestão da entidade ligada aos princípios éticos, técnicos e personalíssimos ligados aos interesses da profissão de um modo geral. Tendo sua estrutura organizacional completa, podemos agora avançar na definição das responsabilidades pela gestão de recursos humanos, materiais e orçamentários de cada unidade. Essa iniciativa está intrinsecamente relacionada à implantação de um modelo de monitoramento e prestação de contas que permeie todas as unidades do Conselho, em seus níveis operacional, tático e estratégico, avançando na institucionalização de um modelo de governança corporativa voltado a resultados melhores e mais eficazes.

A gestão administrativa de 2013-2014 está comprometida com a lei, à disciplina da profissão e a valorização da categoria, isso tem gerado um enorme crescimento nos setores dentro de Estado, este fomento é significativo para a administração pública, pois faz parte dela, como também ainda para a sociedade.

Principais ações a serem desenvolvidas no exercício seguinte

No ano de 2015 estaremos implementando o SISPAT no inventário do Regional, intensificando a fiscalização aos técnicos em suas unidades de trabalho, evitando o aumento da inadimplência, bem como executando os processos de Dívida Ativa que possuímos em nosso Regional.

Anexos

- Anexo I - NORMAS REGULADORAS
- Anexo II - Organograma
- Anexo III - INDICADORES
- Anexo IV - DESPESAS
- Anexo V - INDICADORES
- Anexo VI - FORÇA DE TRABALHO
- Anexo VII - 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho
- Anexo VIII - 5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoa
- Anexo IX - 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unida
- Anexo X - Balanço Financeiro.pdf
- Anexo XI - Balanço Financeiro.pdf
- Anexo XII - Balanço Orçamentário.pdf
- Anexo XIII - Balanço Orçamentário.pdf
- Anexo XIV - Balanço Patrimonial.pdf
- Anexo XV - Balanço Patrimonial.pdf
- Anexo XVI - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf
- Anexo XVII - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf
- Anexo XVIII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf
- Anexo XIX - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf
- Anexo XX - Deficit Patrimonial
- Anexo XXI - OUTRAS INFORMAÇÕES

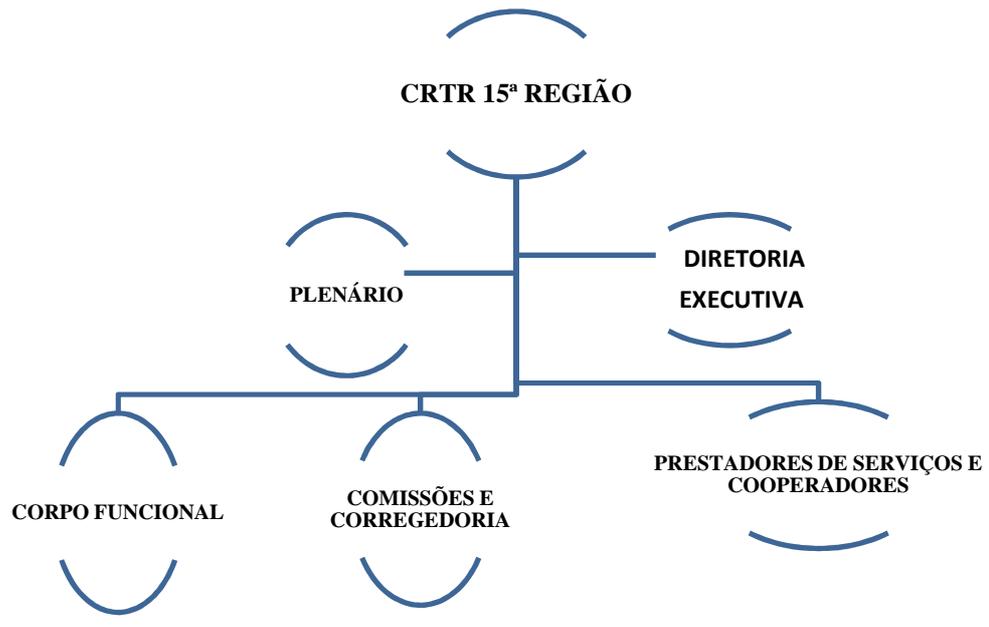
QUADRO 1- NORMAS REGULADORAS

1.2- NORMAS RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS: AGREGADORA E AGREGADAS

Resolução CONTER N° 003 de 22 de Agosto de 2000-Norma criadora UJ

Resolução CONTER de n° 001/00 a 007/00, Resolução CONTER de n° 001/01 a 0029/01, Resolução CONTER de n° 001/02 a 0012/02, Resolução CONTER de n° 001/03 a 0013/03, Resolução CONTER de n° 001/04 a 0015/04, Resolução CONTER de n° 001/05 a 0019/05, Resolução CONTER de n° 001/06 a 0021/06, Resolução CONTER de n° 001/07 a 0009/07, Resolução CONTER de n° 001/08 a 0017/08, Resolução CONTER de n° 001/09 a 0020/09, Resolução CONTER de n° 001/10 a 0015/10; Resolução CONTER de n° 001/11 a 0015/11, Resolução CONTER de n° 001/12 a 0013/12, Resolução CONTER de n° 001/13 a 006/13.

Manual de procedimentos de fiscalização de 2013, manual de Ética Profissional e atualização em 2013.



**QUADRO - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS
ACOMPANHADOS PELA UJ**

NOME DO INDICADOR	FORMULA DE CALCULO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Meta Física	918	Controle administrativo, financeiro e disciplinares
Quantidade de procedimento de controle administrativo em andamentos	02	Controle administrativo, financeiro e disciplinares
Quantidades de procedimentos disciplinares em andamento	05	Controle administrativo , financeiro e disciplinares
Quantidades de providências tomadas para autonomia administrativa	01	Autonomia funcional e administrativa
Índice de produtividade dos processos	42	Controle administrativo , financeiro e disciplinares
Quantidades de procedimentos de inspeção instaurados	_____	_____

Comparativo da Despesa Paga

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	1.319.775,00	821.086,94	821.086,94	498.688,06
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	361.000,00	256.033,18	256.033,18	104.966,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	361.000,00	256.033,18	256.033,18	104.966,82
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	235.000,00	161.467,85	161.467,85	73.532,15
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	190.000,00	155.522,72	155.522,72	34.477,28
CARGOS EM COMISSÃO	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	16.000,00	5.945,13	5.945,13	10.054,87
13º SALÁRIO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00	94.565,33	94.565,33	15.434,67
FGTS	15.000,00	11.695,22	11.695,22	3.304,78
INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	80.000,00	78.102,61	78.102,61	1.897,39
PI S/PASEP - CONTRIBUIÇÃO S/ FOLHA DE PAGTO.	2.000,00	1.324,24	1.324,24	675,76
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.000,00	3.443,26	3.443,26	9.556,74
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E DSR	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	958.775,00	565.053,76	565.053,76	393.721,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	490.975,00	263.939,82	263.939,82	227.035,18
CONTRIBUIÇÕES	490.975,00	263.939,82	263.939,82	227.035,18
TRANSFERÊNCIA PARA O CONTER - COTA-PARTE (1/3)	370.975,00	182.636,73	182.636,73	188.338,27
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS AO CONTER	120.000,00	81.303,09	81.303,09	38.696,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	467.800,00	301.113,94	301.113,94	166.686,06
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	15.500,00	14.200,00	14.200,00	1.300,00
DIÁRIAS NO PAÍS - SERVIDORES	15.500,00	14.200,00	14.200,00	1.300,00
MATERIAL DE CONSUMO	53.700,00	25.285,24	25.285,24	28.414,76
GÁS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	9.000,00	8.665,74	8.665,74	334,26
MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	10.000,00	7.387,32	7.387,32	2.612,68
MATERIAL DE INFORMÁTICA	8.000,00	3.292,79	3.292,79	4.707,21

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
MATERIAL DE COPA E COZINHA	200,00	59,80	59,80	140,20
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	8.000,00	209,98	209,98	7.790,02
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	149,40	149,40	2.850,60
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	3.700,00	3.333,00	3.333,00	367,00
MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	3.000,00	1.590,00	1.590,00	1.410,00
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE BASE	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
MATERIAL DE CONSUMO - SUPRIMENTO DE FUNDOS	300,00	300,00	300,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1.000,00	297,21	297,21	702,79
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.800,00	2.133,00	2.133,00	667,00
MATERIAL PARA CERIMONIAL	2.500,00	2.133,00	2.133,00	367,00
MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	300,00	0,00	0,00	300,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.000,00	4.157,69	4.157,69	3.842,31
PASSAGENS PARA O PAÍS	5.500,00	3.167,62	3.167,62	2.332,38
LOCOMOÇÃO URBANA	2.000,00	990,07	990,07	1.009,93
PEDÁGIOS E ESTACIONAMENTOS	500,00	0,00	0,00	500,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
AUDITORIA EXTERNA - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.500,00	16.779,35	16.779,35	23.720,65
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	7.500,00	690,00	690,00	6.810,00
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E CURSOS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	12.000,00	9.402,00	9.402,00	2.598,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	5.000,00	3.787,00	3.787,00	1.213,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS	2.000,00	1.400,35	1.400,35	599,65
DIÁRIAS A CONSELHEIROS/ DELEGADOS - NO PAÍS	12.000,00	1.500,00	1.500,00	10.500,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	136.300,00	98.539,42	98.539,42	37.760,58
CONDOMÍNIOS E TAXAS CORRELATAS	10.000,00	8.786,94	8.786,94	1.213,06
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	5.000,00	1.400,00	1.400,00	3.600,00
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA - SOFTWARE	22.000,00	18.837,07	18.837,07	3.162,93
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	8.000,00	7.544,00	7.544,00	456,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
MANUTENÇÃO E CONS. DE BENS MÓVEIS - OUTRAS NATUREZAS	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	11.000,00	7.839,79	7.839,79	3.160,21

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
SERVIÇOS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	15.000,00	12.764,67	12.764,67	2.235,33
SERVIÇO DE INFORMÁTICA E HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	5.000,00	4.584,45	4.584,45	415,55
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - TELEFONIA E INTERNET	12.000,00	10.499,70	10.499,70	1.500,30
SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	10.000,00	1.400,99	1.400,99	8.599,01
SEGURO EM GERAL	3.500,00	2.935,84	2.935,84	564,16
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	20.000,00	14.175,57	14.175,57	5.824,43
SERVIÇOS GRÁFICOS	3.000,00	2.470,40	2.470,40	529,60
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.J. - SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.800,00	3.300,00	3.300,00	1.500,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	25.000,00	22.980,00	22.980,00	2.020,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - LEI 8460/1992	25.000,00	22.980,00	22.980,00	2.020,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIVAS	4.000,00	304,76	304,76	3.695,24
TAXA DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	700,00	0,00	0,00	700,00
TAXA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL E TAXAS DE COLETA URBANA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIVAS	500,00	0,00	0,00	500,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUT. E CONTRIBUIÇÕES NÃO ESPECIFICADAS	1.300,00	304,76	304,76	995,24
AUXÍLIO TRANSPORTE	12.000,00	9.096,65	9.096,65	2.903,35
AUXÍLIO TRANSPORTE	12.000,00	9.096,65	9.096,65	2.903,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	164.000,00	107.637,83	107.637,83	56.362,17
AJUDA DE CUSTO	55.000,00	22.210,00	22.210,00	32.790,00
AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO (JETONS)	108.000,00	84.960,00	84.960,00	23.040,00
OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	467,83	467,83	532,17
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	18.000,00	3.585,73	3.585,73	14.414,27
INVESTIMENTOS	18.000,00	3.585,73	3.585,73	14.414,27
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DE RETAS	18.000,00	3.585,73	3.585,73	14.414,27
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00	3.585,73	3.585,73	14.414,27
MOBILIÁRIOS EM GERAL	3.000,00	678,00	678,00	2.322,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.000,00	2.907,73	2.907,73	2.092,27
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Total:	1.337.775,00	824.672,67	824.672,67	513.102,33

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

 MYRIAM MARQUES
 046.707.384-88

 ALEXANDRE FURTADO BASTOS
 019.249.134-29

 MÁRCIO MELO
 026.423.834-66

**QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS
ACOMPANHADOS PELA UJ**

NOME DO INDICADOR	FORMULA DE CALCULO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Meta Física	918	Controle administrativo, financeiro e disciplinares
Quantidade de procedimento de controle administrativo em andamentos	02	Controle administrativo, financeiro e disciplinares
Quantidades de procedimentos disciplinares em andamento	05	Controle administrativo , financeiro e disciplinares
Quantidades de providências tomadas para autonomia administrativa	01	Autonomia funcional e administrativa
Índice de produtividade dos processos	42	Controle administrativo , financeiro e disciplinares

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada;

O quadro 20 demonstra a força de trabalho do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia de Pernambuco com apuração em 31 de dezembro de 2013.

QUADRO 6 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/12

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos		06	00	03
2. Servidores em Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	03	-	02	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	03	06	02	01

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

O quadro 22 detalha a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia com apuração em 31 de dezembro de 2014.

QUADRO 7 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-		
1.1. Cargos Natureza Especial	01	-	01	01
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	-	02	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Sem Vínculo	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	02	-	02	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e Função (1+2)	03	-	01	02

5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O quadro 23 demonstra a quantidade de servidores do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia por faixa etária, com apuração em 31 de dezembro de 2014.

QUADRO 8 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIASITUAÇÃOAPURADA EM 31/12/2013.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Servidores Efetivos	02	05	01	01	-
1.2. Servidores com Contratos	02	01	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	02	01	-	-	-
2.2. Funções Gratificadas	-	02	-	-	-
3. Totais (1+2)	04	06	01	01	-

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O quadro 24 demonstra a quantidade de servidores do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia por nível de escolaridade, com apuração em 31 de dezembro de 2013.

QUADRO 9 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologia dos Cargos	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Servidores de Carreira					04	02	01	01	
1.2. Servidores com Contrato Temporário									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior					02		01		
2.2. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)					06	02	02	01	

LEGENDA: Nível de Escolaridade

- 1 - Analfabeto;
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
- 3 - Primeiro grau incompleto;
- 3 -Primeiro grau;
- 5 - Segundo grau ou técnico;
- 6 - Superior;
- 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação;
- 8 - Mestrado;

Sobre o déficit Patrimonial

No ano de 2014, houve inúmeras situações com as quais o CRTR 15ª Região teve que se empenhar para coibir as despesas e estimular as receitas, a fim de termos um saldo positivo e diminuir a inadimplência que persiste em alguns anos.

No início do ano tivemos um grave problema com os boletos de cobrança de anuidades dos técnicos, tecnólogos e auxiliares deste regional. Os boletos não foram configurados corretamente e tiveram sua impressão sem o código do “cedente” o que nos levou a imensos problemas, e um trabalho redobrado para confirmação e baixa desses boletos pagos, sendo que essa notícia de boletos errados acabou por promover uma inadimplência maior que o normal, muitos foram os inscritos que não pagaram usando dessa situação para livra-se deste pagamento. Assim houve uma diminuição substancial da arrecadação.

Alguns pagamentos ficaram flutuantes em bancos que acataram o recebimento desses boletos, mas pela falta de cedente, o dinheiro não foi repassado ao conselho, notificamos os bancos que disseram que nada podiam fazer, tendo em vista que o dinheiro só poderia ser resgatado pelo sacado. O que exigiu de nossa parte uma busca individual desses pagamentos.

Mesmo com o empenho do Regional e a intensificação da fiscalização junto aos inscritos no conselho, o mutirão de fiscais de outros regionais em nosso estado, ainda assim tivemos um déficit patrimonial no ano, o que foi combatido para que com tantos imprevistos o prejuízo ao regional fosse o menor possível.

Márcio Andresson da Silva Melo
Contador
CRC PE 024302/O-7
CRTR 15ª Região

QUADRO 12 – DEMONSTRATIVO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES DA UJ

Unidade/ Comissão	Objetivo Estratégico do MP Vinculado à Comissão/ Unidade	Metas estabelecida s ou ações planejadas	Status da meta estabelecida ou ação planejada	Motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou ações planejadas	Resultados e/ou impactos das ações para a sociedade
CTC	Fiscalizador	Mensal	Implantada	—	Transparência pública
ASSEJUR	Assessoramento	Diária	Implantada	—	Legalização
COREFI	Fiscalizador Preventivo Repressivo	Diário	Implantada	Indisponibilidade fiscais	Gestão participativa
COEDU	Fomentadora	Trimestral	Implantada	Recursos financeiros	Educação continuada
COEPRO	Preventiva Repressiva	Diário	Implantada	—	Cumprimento ético
COPEC	Informativa	Diário	Implantada	—	Informação a população

QUADRO 13 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações passa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e igualdade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica:</p> <p>O CRTR PE adota uma Metodologia de Gestão de Projetos desde 2012 estando em frequente desenvolvimento no nível de maturidade.</p> <p>No exercício apurado, os dirigentes aprovaram a instituição de um Modelo de Gestão Estratégica para o órgão de 2014, a ser implementado a partir do exercício de 2015, visando o aperfeiçoamento da sistemática de monitoramento.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p>					

QUADRO 14 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante
Nome:

UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	3	O		P.F	01/13	12/13						X	P
2013	2	E		P.J	01/13	12/13						X	P

LEGENDA **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área: **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO 15 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.

<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL Completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).

	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
	7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
	8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?
	Entre 1 e 40%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Hoje a base informação e acessibilidade aos cidadãos de um modo geral é imprescindível no setor público e deve ser seguido por todos os setores de iniciativa pública e privada. Transparência pública e acessibilidade da	

QUADRO 16 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade					
Denominação Completa					Código SIORG
CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA- PE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	032.821/2008-0	54/2013 – PLENÁRIO	9.1	DE	Aviso nº 14-Seses-TCU-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA					
Descrição da Deliberação					
9.1. Determinar à					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recife, 26 de Fevereiro de 2015.

Myriam Lins de Oliveira Marques
Diretora Presidente

Sandoval Kehrle
Diretor Secretário

Alexandre Furtado Bastos
Diretor Tesoureiro

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	828.100,16	661.658,44	Despesa Orçamentária	824.672,67	680.509,59
RECEITA REALIZADA	828.100,16	661.658,44	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	824.672,67	680.509,59
RECEITA CORRENTE	828.100,16	641.658,44	CRÉD.EMP. LIQUIDADADO A PAGAR - DESPESAS CORRENTES	821.086,94	679.164,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	687.680,35	486.444,42	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	256.033,18	231.180,13
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	687.680,35	486.444,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	256.033,18	231.180,13
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	675.185,38	480.479,21	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	161.467,85	144.334,68
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	12.494,97	5.965,21	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	94.565,33	82.986,86
RECEITAS PATRIMONIAIS	798,59		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		3.858,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	798,59		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	565.053,76	447.984,46
RECEITAS DE SERVIÇOS	61.781,17	57.911,04	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.939,82	183.429,80
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	61.781,17	57.911,04	CONTRIBUIÇÕES	263.939,82	183.429,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.604,60	74.126,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	301.113,94	264.554,66
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	61.604,60	72.804,95	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	14.200,00	
TRANSFERÊNCIAS DO CONTER	61.604,60	72.804,95	MATERIAL DE CONSUMO	25.285,24	15.801,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.235,45	23.176,51	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.133,00	
MULTAS E JUROS DE MORA	14.365,86	22.913,54	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.157,69	3.829,50
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	11.214,93	10.892,61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.779,35	9.020,00

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	3.150,93	12.020,93	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.539,42	86.061,26
OUTRAS MULTAS	3.150,93	12.020,93	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.980,00	21.453,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		102,70	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	304,76	124,22
RESTITUIÇÕES		102,70	AUXÍLIO TRANSPORTE	9.096,65	9.777,49
RECEITAS DIVERSAS	1.869,59	160,27	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	107.637,83	118.487,04
RECEITA DE CAPITAL		20.000,00	CRÉD.EMP. LIQUIDADO A PAGAR - DESPESAS DE CAPITAL	3.585,73	1.345,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		20.000,00	INVESTIMENTOS	3.585,73	1.345,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS		20.000,00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	3.585,73	1.345,00
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNA		20.000,00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.585,73	1.345,00
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.084.265,30	1.095.020,25	Pagamentos Extraorçamentários	1.055.453,18	1.095.864,88
Saldo em espécie do Exercício Anterior	7.383,44	27.079,22	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	39.623,05	7.383,44
Total:	1.919.748,90	1.783.757,91		1.919.748,90	1.783.757,91

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

 MYRIAM MARQUES
 046.707.384-88

 ALEXANDRE FURTADO BASTOS
 019.249.134-29

 MÁRCIO MELO
 026.423.834-66

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.187.775,00	1.337.775,00	828.100,16	509.674,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	926.994,00	1.051.994,00	687.680,35	364.313,65
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	926.994,00	1.051.994,00	687.680,35	364.313,65
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	905.106,00	1.030.106,00	675.185,38	354.920,62
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	21.888,00	21.888,00	12.494,97	9.393,03
RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	798,59	-798,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	798,59	-798,59
RECEITAS DE SERVIÇOS	106.569,00	106.569,00	61.781,17	44.787,83
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	106.569,00	106.569,00	61.781,17	44.787,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	61.604,60	-61.604,60
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	61.604,60	-61.604,60
TRANSFERÊNCIAS DO CONTER	0,00	0,00	61.604,60	-61.604,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.212,00	179.212,00	16.235,45	162.976,55
MULTAS E JUROS DE MORA	34.000,00	59.000,00	14.365,86	44.634,14
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	32.000,00	32.000,00	11.214,93	20.785,07
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	2.000,00	27.000,00	3.150,93	23.849,07
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.212,00	120.212,00	0,00	120.212,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	120.212,00	120.212,00	0,00	120.212,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	1.869,59	-1.869,59
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.187.775,00	1.337.775,00	828.100,16	509.674,84

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			1.187.775,00	1.337.775,00	828.100,16	509.674,84
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	1.164.775,00	1.319.775,00	821.086,94	821.086,94	821.086,94	498.688,06
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	356.000,00	361.000,00	256.033,18	256.033,18	256.033,18	104.966,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	356.000,00	361.000,00	256.033,18	256.033,18	256.033,18	104.966,82
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	235.000,00	235.000,00	161.467,85	161.467,85	161.467,85	73.532,15
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100.000,00	110.000,00	94.565,33	94.565,33	94.565,33	15.434,67
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	808.775,00	958.775,00	565.053,76	565.053,76	565.053,76	393.721,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	370.975,00	490.975,00	263.939,82	263.939,82	263.939,82	227.035,18
CONTRIBUIÇÕES	370.975,00	490.975,00	263.939,82	263.939,82	263.939,82	227.035,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	437.800,00	467.800,00	301.113,94	301.113,94	301.113,94	166.686,06
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00	15.500,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00	1.300,00
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	47.800,00	53.700,00	25.285,24	25.285,24	25.285,24	28.414,76
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00	2.800,00	2.133,00	2.133,00	2.133,00	667,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.500,00	8.000,00	4.157,69	4.157,69	4.157,69	3.842,31
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	37.000,00	40.500,00	16.779,35	16.779,35	16.779,35	23.720,65
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	121.500,00	136.300,00	98.539,42	98.539,42	98.539,42	37.760,58
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	25.000,00	25.000,00	22.980,00	22.980,00	22.980,00	2.020,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	4.000,00	304,76	304,76	304,76	3.695,24
AUXÍLIO TRANSPORTE	12.000,00	12.000,00	9.096,65	9.096,65	9.096,65	2.903,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	158.000,00	164.000,00	107.637,83	107.637,83	107.637,83	56.362,17
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	23.000,00	18.000,00	3.585,73	3.585,73	3.585,73	14.414,27
INVESTIMENTOS	23.000,00	18.000,00	3.585,73	3.585,73	3.585,73	14.414,27
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	23.000,00	18.000,00	3.585,73	3.585,73	3.585,73	14.414,27
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.000,00	18.000,00	3.585,73	3.585,73	3.585,73	14.414,27
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.187.775,00	1.337.775,00	824.672,67	824.672,67	824.672,67	513.102,33
SUPERÁVIT	0,00	0,00	3.427,49	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.187.775,00	1.337.775,00	828.100,16	824.672,67	824.672,67	509.674,84
TOTAL	1.187.775,00	1.337.775,00	828.100,16	824.672,67	824.672,67	509.674,84

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

 MYRIAM MARQUES
 046.707.384-88

 ALEXANDRE FURTADO BASTOS
 019.249.134-29

 MÁRCIO MELO
 026.423.834-66

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.062.758,29	1.037.760,93	PASSIVO CIRCULANTE	28.714,37	37,75D
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39.623,05	7.383,44	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.019.088,36	1.029.870,61	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.346,88	806,88	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	25.000,00	62,25
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	300,00	300,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	103.348,86	99.763,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.714,37	100,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	103.348,86	99.763,13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	103.348,86	99.763,13	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	28.714,37	37,75D

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	355.900,96	355.900,96
			Resultados Acumulados	781.491,82	781.660,85
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.137.392,78	1.137.561,81
TOTAL	1.166.107,15	1.137.524,06	TOTAL	1.166.107,15	1.137.524,06

ATIVO FINANCEIRO	43.969,93	8.190,32	PASSIVO FINANCEIRO	28.714,37	37,75D
ATIVO PERMANENTE	1.122.137,22	1.129.333,74	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				1.137.392,78	1.137.486,31

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

 MYRIAM MARQUES
 046.707.384-88

 ALEXANDRE FURTADO BASTOS
 019.249.134-29

 MÁRCIO MELO
 026.423.834-66

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	828.100,16	641.658,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	687.680,35	486.444,42
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	687.680,35	486.444,42
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	675.185,38	480.479,21
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	12.494,97	5.965,21
RECEITAS PATRIMONIAIS	798,59	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	798,59	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	61.781,17	57.911,04
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	61.781,17	57.911,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.604,60	74.126,47
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	61.604,60	72.804,95
TRANSFERÊNCIAS DO CONTER	61.604,60	72.804,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.235,45	23.176,51
MULTAS E JUROS DE MORA	14.365,86	22.913,54
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	11.214,93	10.892,61
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	3.150,93	12.020,93
OUTRAS MULTAS	3.150,93	12.020,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	102,70
RESTITUIÇÕES	0,00	102,70
RECEITAS DIVERSAS	1.869,59	160,27
RECEITA DE CAPITAL	0,00	20.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	20.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS	0,00	20.000,00
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNA	0,00	20.000,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.084.265,30	1.095.020,25
DESEMBOLSOS		
CRÉD.EMP. LIQUIDADADO A PAGAR - DESPESAS CORRENTES	821.086,94	679.164,59
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	256.033,18	231.180,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	256.033,18	231.180,13
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	161.467,85	144.334,68
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	94.565,33	82.986,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	3.858,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	565.053,76	447.984,46
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.939,82	183.429,80
CONTRIBUIÇÕES	263.939,82	183.429,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	301.113,94	264.554,66
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	14.200,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	25.285,24	15.801,65
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.133,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.157,69	3.829,50
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.779,35	9.020,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.539,42	86.061,26

	Exercício Atual	Exercício Anterior
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.980,00	21.453,50
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	304,76	124,22
AUXÍLIO TRANSPORTE	9.096,65	9.777,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	107.637,83	118.487,04
CRÉD.EMP. LIQUIDADO A PAGAR - DESPESAS DE CAPITAL	3.585,73	1.345,00
INVESTIMENTOS	3.585,73	1.345,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	3.585,73	1.345,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.585,73	1.345,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.055.453,18	1.095.864,88
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	35.825,34	-38.350,78
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS - CONTRATUAIS	0,00	-20.000,00
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	-20.000,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS - CONTRATUAIS	0,00	20.000,00
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNA	0,00	20.000,00
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	20.000,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.825,34	-38.350,78

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.383,44	27.079,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	43.208,78	11.271,56

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

 MYRIAM MARQUES
 046.707.384-88

 ALEXANDRE FURTADO BASTOS
 019.249.134-29

 MÁRCIO MELO
 026.423.834-66

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	817.317,91	1.461.921,44	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	817.486,94	680.260,59
CONTRIBUIÇÕES	687.680,35	1.188.620,42	PESSOAL E ENCARGOS	310.319,83	293.671,11
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	687.680,35	1.188.620,42	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	161.467,85	144.334,68
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	687.680,35	1.188.620,42	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	161.467,85	144.334,68
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	58.147,55	124.998,04	ENCARGOS PATRONAIS	94.565,33	82.986,86
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	58.147,55	124.998,04	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	79.426,85	68.264,63
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	58.147,55	124.998,04	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	11.695,22	11.324,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	11.789,99	59.892,61	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	3.443,26	3.398,05
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	20.000,00	BENEFICIOS A PESSOAL	54.286,65	62.490,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	20.000,00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	54.286,65	62.490,98
JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.991,40	39.892,61	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.858,59
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.991,40	39.892,61	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,00	3.858,59
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	798,59	0,00	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	157.494,70	115.808,41
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	798,59	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	27.118,24	16.897,65
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	54.679,50	74.126,47	CONSUMO DE MATERIAL	24.985,24	16.897,65
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	54.679,50	72.804,95	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.133,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - INTRA-CONSELHOS	54.679,50	72.804,95	SERVICOS	130.376,46	98.910,76
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	1.321,52	DIARIAS	15.700,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.321,52	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.279,35	9.020,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.020,52	14.283,90	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	99.397,11	89.890,76
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.020,52	14.283,90	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	263.939,82	183.429,80
MULTAS ADMINISTRATIVAS	3.150,93	14.020,93	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.939,82	183.429,80
INDENIZAÇÕES	1.869,59	262,97	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	263.939,82	183.429,80
			VPD - TRIBUTARIAS	304,76	124,22
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	35,48
			TAXAS	0,00	35,48

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E CONTRIBUTIVOS	304,76	88,74
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E CONTRIBUTIVOS	304,76	88,74
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	85.427,83	87.227,05
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	85.427,83	87.227,05
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	85.427,83	87.227,05
Total das Variações Ativas :	817.317,91	1.461.921,44	Total das Variações Passivas :	817.486,94	680.260,59
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício	169,03		Superávit do Exercício		781.660,85
Total	817.486,94	1.461.921,44	Total	817.486,94	1.461.921,44

Recife-PE, 31 de dezembro de 2014

MYRIAM MARQUES
046.707.384-88

ALEXANDRE FURTADO BASTOS
019.249.134-29

MÁRCIO MELO
026.423.834-66

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00